

Paulo Afonso Brum Vaz
Jairo Gilberto Schäfer
Organizadores

CURSO MODULAR DE DIREITO CONSTITUCIONAL



2008

EDITORA Conceito Editorial

Editor

Salezio Costa

Conselho Editorial

Carlos Alberto Pereira de Castro

Cesar Luiz Pasold

Edson Luiz Barbosa

Gilberto Bercovici

João Batista Lazzari

José Antônio Peres Gediel

Lenio Luiz Streck

Martonio Mont'Alverne Barreto Lima

Orides Mezzaroba

Valdemar P. da Luz

Vicente Barreto

Coordenação Editorial: Renata Ângelo

Capa e Editoração: Jonny M. Prochnow

856397

C977

Curso Modular de Direito Constitucional / Org. Paulo Afonso Brum Vaz,
Jairo Gilberto Schäfer - Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
612p.

ISBN 978-85-60826-33-9

1. Direito Constitucional-Brasil I.Título

CDU - 342

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

Editora Conceito Editorial

Rua Farroupilha, nº 153, bairro Campinas, CEP 88117-100 São José - SC

www.editoraconceitoeditorial.com

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2008 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	
Jorge Miranda (convidado especial)	11
ANOTAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
Ana Carine Busato Daros	27
O PODER JUDICIÁRIO COMO EFETIVADOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva	57
MEDIDAS EXPROPRIATÓRIAS DO DIREITO SANITÁRIO EM FACE DO DIREITO DE PROPRIEDADE	
Cleber Sanfelici Otero	79
A FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL E O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL	
Décio José da Silva	103
ABORTO DO FETO ANENCEFÁLICO À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL	
Eduardo Gomes Philippsen	119
A LIVRE INICIATIVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL	
Fernando Quadros da Silva	147
PROPORCIONALIDADE E MARGENS DE AÇÃO	
Germano Alberton Junior	173
MEIO AMBIENTE E OMISSÃO DO ESTADO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO	
Gilson Jacobsen	195
RELAÇÕES ENTRE O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, ELENCADE NA CARTA MAGNA, ART. 37, § 6º, E O ESTATUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Giovani Bigolin	227

O DANO MORAL AMBIENTAL DIFUSO E COLETIVO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
Gysele Maria Segala da Cruz	253
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A PROTEÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA	
João Batista Lazzari	273
DIREITO A PRESTAÇÕES MATERIAIS E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL	
João Pedro Gebran Neto	287
A EFICÁCIA VINCULANTE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	
Karine da Silva Cordeiro	317
A OUTRA FACE DA DISCRIMINAÇÃO POSITIVA: uma investigação sobre os parâmetros para limitação da discriminação negativa gerada pelas políticas públicas e privadas de ação afirmativa	
Leda de Oliveira Pinho	357
O DIREITO À SAÚDE E SUA EFETIVAÇÃO JUDICIAL	
Luísa Hickel Gamba	387
DOS PRINCÍPIOS E DO PRECEITO DA PROPORCIONALIDADE	
Marcelo Cardozo da Silva	411
NOTAS INTRODUTÓRIAS AO PROBLEMA DA JURISDIÇÃO NOS CONTEMPORÂNEOS CONFLITOS DA DIFERENÇA (Sociedade contemporânea, Constituição e fraternidade realizada como princípios de tolerância e solidariedade)	
Moacir Camargo Baggio	433
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	
Moser Vhoss	471
CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL, RECEPÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO	
Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	487
O MÉTODO SISTÊMICO-CONSTITUCIONAL DE RESOLUÇÃO DE CASOS: ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO	
Ricardo Cagliari Bicudo	521
O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL NOS CASOS DE GRAVES VIOLAÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS	
Roberto Lima Santos	535
A MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	
Vânia Hack de Almeida	557
POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	
Vilian Bollmann	591

ORGANIZADORES

Tadaaqui Hirose

Desembargador Federal do TRF da 4ª Região; Diretor da EMAGIS – Biênio 2009-2011; Presidente da 7ª Turma do TRF da 4ª Região; Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região – Biênio 2003-2005; Especialista em Direito Tributário; Especialista em Ciências Penais pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília.

João Pedro Gebran Neto

Juiz Federal Titular da 7ª Vara Federal de Curitiba; Ex-Promotor de Justiça; Especialista em Ciências Penais e Processual Penal pela Universidade Federal do Paraná; Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná; Autor das obras: “Inquérito Policial - O arquivamento e o princípio da obrigatoriedade”, publicado pela editora Juruá; “Aplicação Imediata dos Direitos e Garantias Individuais”, publicada pela editora RT; Autor de diversos artigos jurídicos.

CURSO MODULAR DE DIREITO CONSTITUCIONAL

VOLUME 2

Editora CONCEITO EDITORIAL

Presidente

Salézio Costa

Editor Chefe

Jessé Vascotto

Editores

Orides Mezzaroba

Valdemar P. da Luz

Conselho Editorial

André Maia

Carlos Alberto P. de Castro

Cesar Luiz Pasold

Diego Araujo Campos

Edson Luiz Barbosa

Fauzi Hassan Choukr

Jacinto Coutinho

Jerson Gonçalves C. Junior

João Batista Lazzari

José Antônio Peres Gediel

Lenio Luiz Streck

Marcelo Alkmim

Martonio Mont´Alverne B. Lima

Renata Elaine Silva

Vicente Barreto

Coordenação

Editorial

Marijane R. S. Santos

Capa

Leonardo Moreira Del Claro

Editoração

Fabiane Berlese

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

C977

Curso Modular de Direito Constitucional / Organizadores: Tadaaqui Hirose; João Pedro Gebran Neto – São Paulo : Conceito Editorial, 2010.

578p.

ISBN – 978-85-7874-176-1

1. Constituição 2. Direito Constitucional I. Hirose, Tadaaqui II. Gebran Neto, João Pedro III. Título

CDU– 342

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2010 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Editora CONCEITO EDITORIAL

Rua Barão de Jaguará, 194 - Mooca, CEP 03105-120- São Paulo/SP

Fone (11) 3105-0573 / 3104-9774 – www.conceitojur.com.br



Livrarias CONCEITO EDITORIAL

SANTA CATARINA

Florianópolis: Rua Jerônimo Coelho, 215- Centro

Fone (48) 3224-0040 / 3222-9154

MINAS GERAIS

Belo Horizonte: Rua dos Guajajaras, 285 - Centro

Fone (31) 3267 8689 • 3267 8687

MATO GROSSO

Cuiabá: 2ª Av. Transversal, s/n - Centro Político

Administrativo- Fone (65) 3644-1044

Rondonópolis: Av. Marechal Dutra, 1147- Centro

Fone (66) 3421-3207

RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre: Rua Washington Luis, 1110 - 3º andar

Fone (51) 3287-7442 • 3287-7443

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande: Av. Mato Grosso, 4700

Bairro Carandá Bosque - Fone (67) 3318-4825

Campo Grande: Rua da Paz, 17 - loja 3

Vila Tupaciretan - Fone (67) 3384-8242

Corumbá: Rua América, 1941- Centro

Fone (67) 3232-0016

Dourados: Rua Onofre Pereira de Matos, 1700

Centro - Fone (67) 3421-9269

Três Lagoas: Rua Zuleide Peres Tabox, 1007- Praça da Justiça, 10 - Fone (67) 3521-0403

Sumário

A hermenêutica de Hans-Georg Gadamer aplicada à interpretação constitucional	29
<i>Vivian Josete Pantaleão Caminha</i>	
A doutrina de aplicabilidade das normas constitucionais programáticas e a necessidade de sua superação	93
<i>Alexsander Fernandes Mendes</i>	
Desatando os nós do neoconstitucionalismo brasileiro	111
<i>Vilian Bollmann</i>	
As ações afirmativas e a inefetividade do direito à educação	163
<i>Oscar Valente Cardoso</i>	
O direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva na sociedade pós-moderna e os meios de controle da atividade judicial no direito brasileiro.....	219
<i>Décio José da Silva</i>	
Da necessária fundamentação constitucional dos tipos penais incriminadores a partir da análise do preceito secundário	259
<i>Marcelo Cardozo da Silva</i>	
Direito fundamental à não autoincriminação: justificação constitucional, conteúdo normativo e critérios de aplicação	281
<i>Paulo Mário Canabarro Trois Neto</i>	
Perspectiva transmoderna do direito fundamental à assistência social e ao benefício de prestação continuada: o sujeito de direito e sua família	321
<i>Thais Sampaio da Silva</i>	

A constituição federal e o dever de proteção previdenciária e assistencial à criança e ao adolescente: avanços e retrocessos normativos351

Alexandre Arnold

Direito originário à prestação previdenciária fundamental..... 369

Marina Vasques Duarte

As relações homoafetivas em face da previdência social: homoafetividade e proteção social à luz dos direitos humanos 407

Simone Barbisan Fortes

Coisa julgada inconstitucional: limite de aplicação 453

Murilo Brião da Silva

O princípio do juiz natural e os órgãos fracionários de instância superior compostos majoritariamente por juízes federais convocados..... 485

Cristiano Aurélio Manfrim

Súmula vinculante: um novo mecanismo a serviço da justiça 509

Bruno Risch Fagundes de Oliveira

Análise do sistema de cotas no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina 525

Rafael Selau Carmona

Direito à razoável duração do processo administrativo tributário e a prescrição intercorrente 549

Ingrid Schröder Sliwka

A vedação do ingresso dos contribuintes inadimplentes no simples. Direito à igualdade e discriminação justificada na necessidade da cobrança de tributos. Colisão de direitos e aplicação do princípio da proporcionalidade.....577

Fabio Hassen Ismael